

O uso de drones em operações de paz da ONU

Jessica Tauane dos Santos

Os Veículos Aéreos não Tripulados (VANTs), ou drones como também são conhecidos, se popularizaram após o sucesso operacional obtido pelos Estados Unidos no Afeganistão a partir de 2001. Os VANTs então passaram a ser utilizados para diversas tarefas, tanto civis quanto militares, desde o monitoramento de cursos de água até missões de busca e salvamento, de tarefas de reconhecimento aos *drone strikes*, como são chamados os ataques perpetrados por drones armados contra alvos específicos. Por poderem ir além dos limites das capacidades humanas, esses equipamentos são ideais para missões “maçantes, sujas e perigosas”, chamadas D3 (*Dull, Dirty and Dangerous*), ou seja, longas, executadas em ambientes inóspitos e com alto grau de periculosidade.

Em 28 de março de 2013, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), identificando a necessidade de maior apoio para a Missão das Nações Unidas pela Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO), aprovou a Resolução 2098, que além de autorizar o desdobramento da Brigada de Intervenção, autorizou também o uso de VANTs para auxiliar no monitoramento do embargo de armas que fora estabelecido em 2003.

VANTs já haviam sido utilizados na missão de paz na República Democrática do Congo (RDC) em 2006 pelo contingente belga. Entretanto, era a primeira vez que uma missão desdobra VANTs como um ativo próprio. Ou seja, a MONUSCO, e não contingentes específicos, que iria decidir sobre as missões que os equipamentos realizariam e ficaria responsável pelo armazenamento e análise dos dados coletados. Após a primeira experiência na RDC, a ONU também desdobrou VANTs no Mali e na República Centro-Africana para apoiar suas missões de paz nesses países.

De todos os benefícios possibilitados pelo uso de VANTs nas missões de paz, sem dúvida a consciência situacional é o que mais se destaca, isso porque devido à enorme gama de tarefas e à complexidade das missões multidimensionais, ter conhecimento sobre o que ocorre no terreno é primordial para a execução dos mandatos e para a proteção de civis. A possibilidade de responder a emergências de maneira mais precisa e rápida é uma outra vantagem que pode ser elencada, bem como o monitoramento dos movimentos dos grupos armados e também de populações.

Apesar dos ganhos operacionais, o uso de VANTs em operações de paz levantou inúmeras controvérsias. Uma das principais preocupações refere-se ao estigma militar que essa tecnologia carrega. Tendo em vista que os VANTs surgiram e se popularizaram no campo militar, é difícil não fazer a associação entre ambos. Dessa forma, muitos agentes humanitários alertam que o uso de VANTs pode borrar os limites entre o que é humanitário e o que é militar, alterando a percepção de imparcialidade da Missão e levantando desconfiança por parte da população e do governo anfitrião.

Outra preocupação levantada refere-se ao armazenamento de dados. Alguns países questionam a capacidade da ONU de manter a segurança dos dados recolhidos. Além disso, também

se discute a falta de diretrizes gerais e específicas de cada missão para orientar e delimitar a operacionalização dos VANTs, o que deixa lacunas e gera receio entre os membros da organização, agentes humanitários, estudiosos e todos aqueles que têm algum envolvimento com a missão.

Também existe certa preocupação quanto ao impacto do uso de VANTs sobre a população civil que potencialmente pode ter sua privacidade invadida e perder o controle sobre suas informações confidenciais. Além disso, em geral, os indivíduos desconhecem como essas informações são copiladas e interpretadas. Uma possível consequência sobre o clima de desconfiança que pode se instalar devido à falta de informação sobre à operacionalização dos VANTs é a perda da confiança da população, algo que sem dúvida é um fator decisivo para o sucesso de qualquer missão.

O uso de VANTs em operações de paz pode ser discutido sob vários aspectos além dos citados. Por enquanto, a grande conclusão é que ainda há muito o que discutir. Por ser nova e ainda carente de um estudo mais aprofundado, a utilização dessa tecnologia pela ONU pouco atenta, ou simplesmente não atenta, para o contexto em que é inserida e para as consequências de seu uso.

Jessica Tauane dos Santos é graduada em Relações Internacionais pela UNESP – Campus de Marília/SP e mestrandona Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP). Foi bolsista de iniciação científica da FAPESP. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Conflitos Internacionais (GEPCI) da UNESP – Campus de Marília/SP.

Santos, J. T. dos. "O uso de drones em operações de paz da ONU". UNESP/REBRAPAZ. Publicado em 10/01/2019. Disponível em: <https://rebrapaz.com/o-que-pensamos/>.